



Veículo: O Liberal		
Data: 04/11/2016	Caderno: Atualidades	Página: 08
Assunto: Barcarena		
Tipo: Notícia	Ação: Espontânea	Classificação: Positiva

Rejeitos vazados contêm metais tóxicos

COMPOSIÇÃO

Química diz que empresa despeja rejeitos poluentes em Barcarena

Depois de mais um vazamento de caulim em Barcarena, no sábado (29), a Imerys informou que se trata de um mineral argiloso não tóxico e inerte. E anunciou as providências adotadas pela empresa no local onde houve vazamento. A pedido deste jornal, a professora Simone Pereira, coordenadora do Laboratório de Química Analítica e Ambiental (Laquanam), da Universidade Federal do Pará (UFPA), contesta a Imerys: "A empresa sempre vai dizer que esse material não é tóxico. O caulim, o minério, de fato, não é considerado um produto tóxico, tampouco o pigmento que é produzido pela Imerys, que também não é considerado um produto tóxico", disse. Mas, segundo a professora, "o problema não é o minério e muito menos o pigmento, mas sim o rejeito deste processamento. Esse rejeito contém ácido sulfúrico e metais tóxicos como o bário, principalmente, além de outros metais considerados perigosos à saúde humana e ao meio ambiente. Então, na verdade, o rejeito que vaza sempre, pelo duto da empresa, que joga 24 horas esses efluentes sem tratamento no rio Pará, é que ocasiona os danos ambientais relatados pela população, lá do entorno da fábrica e também pelos pescadores que se sentem preju-

dicados, nem tanto pelo metal tóxico, mas pelo fato de que os peixes não podem mais retirar do fundo do rio o alimento de que precisam para sobreviver. Esse material branco, que é o rejeito de caulim, se deposita no fundo do rio", explicou.

Ela acrescentou: "Nos igarapés, é possível fazer isso com a própria mão, e é possível ver uma camada bem espessa de rejeito de caulim depositado no fundo dos igarapés, o mesmo que é depositado no fundo do rio Pará. O peixe, sem alimento, acaba se afugentando lá da área. Em nenhum momento, a empresa foi acionada para fazer a recuperação do rio. Nem dos igarapés próximos, como o Curuperé e Dendê, e tampouco do rio Pará". Simone Pereira disse que a empresa não joga mais efluentes no rio Curuperé. "Em 2007, e por ocasião do rompimento da barragem 3, onde tivemos um grande vazamento de ácido sulfúrico misturado com rejeito de caulim, foi assinado um TAC (Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta), feito pelo Ministério Público do Estado, que obrigou a empresa a impermeabilizar as bacias, que na época não eram impermeabilizadas, e também solicitou a empresa que deixasse de jogar efluente nos rios Curuperé e Dendê. A partir desse TAC, a empresa foi obrigada também a corrigir o pH e a turbidez desse efluente antes de jogá-lo no rio Pará", explicou. O pH é uma medida que determina se a água é ácida ou alcalina. Turbidez

é a medição da resistência da água à passagem de luz.

EFEITOS

No entanto, afirmou a professora da UFPA, a empresa continua não tratando os metais. "O bário, que é um elemento químico, continua sendo jogado lá no rio Pará. A exposição crônica ao bário causa danos no sistema nervoso central. Pode causar tremores musculares, confusão mental, perda de memória, aparece gosto metálico na boca, os dentes se despreendem, causa desordem gastrointestinal, causa erupção cutânea, causa dano cerebral, dano no rim, alergia de pele. O contato repetido com a água contendo esse elemento químico pode deixar a pele azul. Também ultrapassa a barreira placentária e afeta o bebê em formação. Afeta o desenvolvimento do feto e pode diminuir a fertilidade em homens e mulheres", enumera.

Ainda conforme Simone Pereira, o bário não é considerado, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), um cancerígeno, "mas, sim, um elemento tóxico. Dessa forma, você tem um elemento que, em alguns pontos do rio Pará, e na época do vazamento (em 2007), foi detectado em níveis acima de 125 vezes o limite máximo permitido pela resolução 357/05 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). O bário é um elemento presente nas águas do rio Pará e outros rios da região e tem causado muita preocupação da Universidade Federal do Pará", afirmou. A resolução do Conama dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.



Ministério Público abre inquérito para avaliar danos ao meio ambiente

No último dia 1º, o Ministério Público do Estado do Pará informou que instaurou inquérito civil para apurar denúncia de contaminação ambiental em Barcarena, nas águas dos igarapés Dendê, Curupeté e São João, decorrente do vazamento de caulim ocorrido no sábado (29). O objetivo é colher informações, perícias e outras diligências para posterior

tomada de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, ajuizamento de Ação Civil Pública ou arquivamento do procedimento, conforme determina a lei. "Há fortes indícios de contaminação das águas por substâncias poluentes, cujo consumo pelo ser humano pode ocasionar danos irreversíveis à saúde. Por isso, há necessidade de confirmação técnica

de tais fatos danosos ao meio ambiente", afirmou o promotor de Justiça Laércio Abreu.

Em nota, a Imerys informou que permanece normalizada a operação em seu porto. "A situação foi controlada imediatamente. Infelizmente, a pequena quantidade de caulim alcançou a praia por meio de canaletas que transportam águas das chuvas. Desde domingo (30), a praia encontra-

se com aspecto limpo. O caulim é um mineral argiloso não tóxico e inerte. Ocorreu que uma tubulação parcialmente subterrânea, que transfere minério na forma de polpa entre áreas internas da empresa, teve uma fissura de 0,5 centímetro de largura por 5 centímetros de comprimento, o que foi prontamente detectado e controlado", afirmou.

Por ser um minério argi-

loso facilmente capaz de se dissolver e espalhar, o caulim mudou temporariamente a coloração das águas no local, acrescentou a empresa. Desde a ocorrência, as autoridades ambientais fizeram duas visitas técnicas ao local e todos os esclarecimentos foram prestados. "A Imerys lamenta esta ocorrência e, por meio de seus empregados, partilha do sentimento

de frustração pelo ocorrido. Entre 2013 e 2015, a Imerys investiu cerca de R\$ 20 milhões especificamente para aumentar a segurança das operações. A empresa reafirma seu compromisso de garantir e aumentar a qualidade dos seus sistemas e, principalmente, a segurança para seus empregados e populações próximas", informou, ainda, a nota.

Marinha não encontra vestígios de óleo diesel em área de naufrágio

A Marinha do Brasil, por meio do Comando do 4º Distrito Naval, informou que uma lancha da Capitania dos Portos da Amazônia Oriental (CPAOR) realizou, durante todo o dia de ontem, uma nova varredura na área onde o empurrador "Ciclope" naufragou no último dia 30 de outubro, próximo à Vila do Conde, em Barcarena, para verificar se havia indícios de poluição hídrica no local, e que nada foi encontrado. A equipe da CPAOR, além da varredura, realizou entrevistas com pescadores e moradores da região, para saber se eles haviam avistado ou percebido a presença de óleo na água dos rios nos últimos dias. "Nenhum dos entrevistados percebeu odor ou avistou manchas de óleo na água durante o período informado - ou seja, a partir de domingo, 30 de outubro, dia do acidente", informa.

A Marinha informou ainda que uma lancha de Inspeção Naval da CPAOR foi enviada ao local do acidente, desde logo após o recebimento da denúncia no dia 30 de outubro, para coletar as informações para a apuração do fato, bem como para verificar a presença de poluição hídrica. "Nas inspeções realizadas pelas equipes não foi constatado indicio de poluição no meio hídrico", informa. A "Ciclope", está inscrita na Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental (CFAOC), subordinada



Pescador garante que óleo vazado no local do naufrágio se espalhou nas águas e espantou os peixes

do Comando do 9º Distrito Naval, em Manaus (AM). Este empurrador estava atrelado a duas balsas. A Capitania soube do acidente por meio de denúncia feita pela praticagem da Barra do Pará. A CPAOR abriu um Inquérito Administrativo, para apurar o fato.

A Marinha do Brasil ressaltou, ainda, a importância da

população participar ativamente nesse esforço de fiscalização, informando qualquer situação que possa afetar a segurança da navegação, a salvaguarda da vida humana no mar e vias navegáveis ou que represente risco de poluição ao meio hídrico, por meio dos telefones: Disque Segurança da Navegação 0800-280-7200 ou

(91) 99114-9187 (Whatsapp).

VAZAMENTO

Na manhã da última terça-feira, a equipe de reportagem de O LIBERAL esteve no local onde, segundo os pescadores, afundou o rebocador. Naquela ocasião, eles afirmaram que continuava vazando óleo die-

sel da embarcação. Era possível ver o óleo na superfície, cujo cheiro, embora o acidente tenha sido domingo, era muito forte. Segundo eles, aquele óleo era oriundo da embarcação. Conforme pescadores e moradores da região, o acidente ocorreu por volta das 9 horas. O rebocador - que, ainda de acordo com as informa-

ções disponíveis, tinha 70 mil litros de óleo - transportava duas balsas.

Da Vila do Conde até a provável área do acidente, uma vez que não havia coordenadas exatas do local do acidente, é uma hora de barco. Segundo eles, o desastre ocorreu em uma região que fica entre a Albrás e a Bunge, em uma parte do rio que tem aproximadamente 40 metros de profundidade. "Olha o óleo diesel brilhando na água", apontou o pescador Antônio Carlos Rodrigues de Sousa, 44 anos. "É o óleo do rebocador que está vazando", completou. "Chega 'tá fedendo', acrescentou José Roberto Matias Cardim, 40, conhecido como Preto. "Como a maré está 'correndo', ele (o óleo) 'buia' longe", disse Preto. Os dois pescadores conduziram a equipe deste jornal até o provável local do naufrágio do rebocador.

Eles afirmaram que o óleo diesel afasta o peixe, dificultando, ainda mais, a vida dos pescadores, que dependem da pesca do peixe e do camarão para a sua sobrevivência. "O peixe tem que respirar coisa limpa. É igual o ser humano. Com isso, ele não vai ficar aqui. Vai procurar outras áreas", afirmou Antônio Carlos. Seu colega de profissão completou: "Quando a gente mergulha, e tem contato com a água, dói a vista da gente por causa desse óleo".